TRADUÇÕES CULTURAIS DO LIVRO *COMO PENSAMOS,* DA COLEÇÃO ATUALIDADES PEDAGÓGICAS (1933-1981)

Maria Rita de Almeida Toledo

Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

Resumo

Com esse trabalho objetiva-se analisar os deslocamentos de sentido que são atribuídos à tradução do título de John Dewey *Como pensamos*, em cada uma das quatro versões, publicada na Coleção Atualidades Pedagógicas, pela Companhia Editora Nacional, ao longo do século 20. Para tanto, toma-se por objeto os dispositivos editoriais e tipográficos de apoio à leitura, acrescidos a cada uma das versões. A coleção estudada é tomada como objeto cultural que, constitutivamente, guarda as marcas de sua produção e de seus usos, entendida como estratégia editorial de difusão de saberes pedagógicos e de normatização das práticas escolares. Esta coleção foi utilizada nos cursos de formação docente, compondo as bibliotecas de faculdades de Pedagogia, Educação, Psicologia, de Escolas Normais e de Magistério. Ela é componente das práticas que se instauram no processo de constituição da cultura pedagógica e das práticas de formação dos professores no Brasil, nas décadas em que circulou.

Palavras-chave: tradução cultural, atualidades pedagógicas, como pensamos.

CULTURAL TRANSLATIONS OF THE BOOK *HOW TO THINK* IN THE COLLECTION ATUALIDADES PEDAGÓGICAS (1933-1981)

Abstract

The objective of this work is the analysis of the meaning changes on the translation of John Dewey's *How to Think* in each one of the four versions, published in the Coleção Atualidades Pedagógicas, by the Companhia Editora Nacional, thru the Twentieth Century. The editorial and printing special style typefaces added in each of the versions are used to perform this study. The collection is taken as a cultural object that keeps its production and usage boundaries, understood as editing diffusion strategies of pedagogical knowledge and school practices standards. This collection was used at training colleges, included in libraries of Pedagogy, Education, Psychology and Teaching superior and technical level schools. This collection had strong influence on teaching practices and on the process of pedagogical culture constitution, beside the teaching training practices in Brazil, on the decades of its circulation.

Key-words: cultural translations, atualidades pedagógicas, how to think.

TRADUCCIONES CULTURALES DEL LIVRO *COMO PENSAMOS* DE LA COLECCIÓN ATUALIDADES PEDAGÓGICAS (1933-1981)

Resumen
El objetivo de este trabajo es analizar los deslizamientos de sentido atribuidos a la traducción del título de John Dewey, *Como pensamos*, en cada una de las cuatro versiones publicadas en la Coleção Atualidades Pedagógicas, por la Companhia Editora Nacional, a lo largo del siglo 20. Para tanto, se toma como objeto los dispositivos editoriales y tipográficos de apoyo a la lectura agregados a cada una de las versiones. Aquí se considera que la colección estudiada es un objeto cultural que, constitutivamente, guarda las marcas de su producción y de sus usos, siendo entendida como estrategia editorial de difusión de saberes pedagógicos y de normalización de las prácticas escolares. Esa colección fue utilizada en los cursos de formación docente, componiendo las bibliotecas de las facultades de Educación, Psicología y institutos de formación docente. Ella compone las prácticas que se instauran en el proceso de constitución de la cultura pedagógica y de las prácticas de formación de profesores en Brasil, en las décadas en que circuló.
Palabras-clave: traducciones culturales, atualidades pedagógicas, como pensamos.

TRADUCTIONS CULTURELLES DU LIVRE *COMMENT NOUS PENSONS DE LA COLLECTION* ACTUALITÉ PÉDAGOGIQUE (1933-1981)

Résume
Avec ce travail on a comme but analyser les déplacements de sens que sont attribués à la traduction du titre de John Dewey *Comment nous pensons*, dans chaqu'une des quatre versions, publiés à la *Colection Actualité Pédagogique*, à la maison d'édition *Editora Nacional* au parcours du 20^{e} siècle. Pour faire cela, on prend comme but les dispositifs éditoriaux et typographiques de soutien à la lecture agrandi à chaqu'une des versions. La collection étudiée est prise comme but culturel que, de façon constitutive, garde les marques de sa production et de ses pratiques, entendue comme stratégie éditoriale de diffusions des savoirs pédagogiques et de normalisation des pratiques scolaires. Cette collection a été utilisée aux cours de formation de l'enseignement, qui constitu les bibliothéques de facultés de Pédagogie, Éducation, Psychologie, d'École Normale et d'enseignement. Elle est composante des pratiques qu'on s'établit dans le processus de constitution de la culture pédagogique et des pratiques de la formation des professeurs au Brésil, dans les décennies qu'elle a circulé.
Mots-clé: traductions culturelles, atualidades pedagógicas, comment nous pensons.

Com esse trabalho objetiva-se analisar os deslocamentos de sentido que são atribuídos à tradução do livro *Como pensamos*, de John Dewey, em cada uma das quatro versões publicadas pela Companhia Editora Nacional, ao longo do século 20, na Coleção Atualidades Pedagógicas.

Parto de algumas considerações de Peter Burke (2009) sobre a necessidade de trabalhar com as traduções como práticas fundamentais na análise das relações entre diferentes culturas e na circulação de idéias entre elas[1]. Nas práticas de intercâmbio cultural as traduções têm lugar óbvio. Para Burke, as práticas de tradução podem ser entendidas como práticas de tradução cultural[2], porque "diferenças entre culturas, bem como entre línguas, reduzem a "tradutibilidade" dos textos" (2009, p. 14). As práticas dos tradutores e agentes envolvidos na circulação dessa espécie peculiar de escrito, nesse sentido, tentam manter a fidelidade original de um texto com a as possibilidades de decifração do mesmo pelos seus leitores.

A tradução, nesse sentido, deve ser analisada como uma prática de negociação e renegociação entre culturas, entre escritos e seus leitores e, por vezes, entre os diferentes tempos de produção do escrito e da sua tradução (Burke, 2009). Daí a necessidade de deslocar o foco sobre a qualidade das traduções para tratá-la como uma prática social, datada, de aproximação peculiar entre diferentes culturas. Tradutores e seus produtos deixam de ser bandidos ou mocinhos, ruins ou bons, na circulação dos textos alheios para serem pensados como negociantes da inteligibilidade de diferentes culturas.

Nessa mesma senda, o autor ainda pontua:

> Outra maneira de discutir a tradução cultural é falar de um duplo processo de descontextualização e recontextualização, que primeiro busca se apropriar de algo estranho e em seguida o domestica. A tradução entre línguas pode ser vista não apenas como um exemplo desse processo, mas também como uma espécie de papel de tornassol que a torna incomumente visível - ou audível. Pode ser esclarecedor tentar observar esse processo de uma dupla perspectiva. Para o receptor, ele é uma forma de ganho, enriquecendo a cultura hospedeira em resultado de sua adaptação hábil. Do ponto de vista do doador, por outro lado, a tradução é uma forma de perda, levando a mal-entendidos e violentando o original. (Ibid, p. 16)

É necessário, nessa perspectiva, situar esses textos traduzidos em seu contexto cultural, de modo a localizar os sistemas ou regimes de tradução prevalecentes em seu

[1] Alguns dos problemas de investigação pensadas nesse texto, e apresentadas por meio do artigo de Peter Burke, comparecem nas investigações brasileiras sobre tradutologia, como as de John Milton (2002), Lia Wyler (1999), Márcia do A. P. Martins (1996) , entre outros. Consultar também a revista Cadernos de Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina.

[2] Segundo Burke, "a expressão tradução cultural foi originalmente cunhada por antropólogos do círculo de Edward Evans-Prichard, para descrever o que ocorre em encontros culturais quando cada lado tenta compreender as ações do outro". Ainda para Burke, "Atuando, como frequentemente fazem, em situações nas quais a distância cultural entre eles próprios e seus informantes é insolitamente grande, os antropólogos são muito cientes do problema dos termos intraduzíveis (alguns dos quais como 'totem' e 'tabu', introduziram nas línguas européias), bem como do problema mais geral da comunicação entre nativos de culturas diversas" (Burke, 2009, p. 14).

tempo presente, ou as regras, normas ou convenções que governavam sua prática, tanto os fins, ou estratégias, como os meios, as táticas ou poéticas. É preciso perguntar sobre: com que intenção se traduz? O quê se traduz? Para quem se traduz? De que maneira se traduz? Com que consequências se realizou as traduções de tais ou quais textos?

Para experimentar o itinerário de análise, retomo um velho objeto de pesquisa, a Coleção Atualidades Pedagógicas, explorando mais sistematicamente as três primeiras questões propostas.

A retomada desse objeto deve-se a algumas razões. Desde a defesa da minha tese de doutorado (2001), a Coleção Atualidades Pedagógicas tem despertado o interesse de diferentes pesquisadores no campo da história da educação no Brasil. Alguns retomam parcialmente os resultados de minha pesquisa; outros têm naturalizado a coleção como objeto e desprezado o trabalho coletivo no qual ele se inscreve. Para Certeau,

> Ao ‘esquecer’ o trabalho coletivo no qual ele [um objeto] se inscreve, ao isolar a gênese histórica do objeto de seu discursos, um 'autor' pratica a denegação da sua situação real. Ele cria a ficção de um lugar próprio. Malgrado as ideologias contrárias das quais ela pode ser acompanhada, colocar à parte a relação sujeito-objeto ou a relação discurso-objeto é abstração que engendra uma simulação de 'autor'. Ela encobre os traços do pertencimento de uma pesquisa a uma rede - traço que compromete sempre, com efeito, os direitos de autor. Ela camufla as condições de produção do discurso e de seu objeto. [...] Um discurso manterá, então, uma marca de cientificidade explicando-se as condições e regras de sua produção, e primeiro, as relações das quais ele nasce. (Certeau, 1990, p. 75)

Parece-me necessário, então, tomar o velho objeto, não só para reinstalá-lo nessa rede discursiva, nesse lugar próprio no qual nasceu, mas também para dar continuidade às perspectivas que partem dessa rede discursiva e constituem esse objeto. Essa escolha se deve, ainda, ao fato de possuir documentação inédita sobre as traduções publicadas nessa coleção, como também pela própria potencialidade de caminhar sobre o mesmo objeto com outras perguntas, outras análises, renegociando a tradução realizada pelo historiador sobre o tempo e a cultura que constituem seu objeto.

Se o passado é um país estrangeiro, como descreve Burke (2009) apoiado em Cohen e Evans, decorre que até mesmo o mais monoglota dos historiadores é um tradutor. Os historiadores fazem a mediação entre o passado e o presente e enfrentam os mesmos dilemas de outros tradutores, servindo a dois mestres e tentando reconciliar a fidelidade original com a inteligibilidade para seus leitores.

1) Com que intenção se publica *Como pensamos?*

Para responder essa questão proposta por Burke (2009), *com que intenção?*, é necessário desvelar os lugares de produção das traduções da obra em questão. No caso, não é um Estado ou um ministério, uma escola ou uma igreja que vão tomar para si o desafio de fazer circular as traduções de John Dewey, mas uma editora privada. Essa definição do lugar já responde parcialmente a pergunta sobre as intenções: para vender. Mas essa resposta relativamente simples não explica tudo. É necessário dimensionar o lugar de uma editora na cultura específica de um país.

Para tanto, entende-se aqui que a Companhia Editora Nacional é um lugar de poder e querer porque detém um saber específico sobre o outro: o leitor. Para Certeau (1990), esse saber, e o poder com ele adquirido, permite ao lugar próprio esquadrinhar os espaços nos quais atua, transformando as forças estrangeiras em objetos, porque pode observar e medir, controlar e incluir em seu campo de visão os movimentos do outro: lugar capaz de prever o tempo pela leitura do espaço, do seu campo de atuação. Esse saber materializa-se nas estratégias editoriais das coleções e estampam em seus catálogos as fronteiras entre campos de saberes; operam a inclusão e a exclusão de autores e obras em territórios delimitados; prescrevem a localização de títulos em diferentes campos de conhecimento; e situam o seu público no espaço de leitura que desenham, construindo o que chamo de geografia cultural.

Os sentidos das práticas editoriais da Companhia Editora Nacional estão na articulação das representações que sustenta da leitura e dos leitores para os quais se destinam suas edições, e as seleções de autores, saberes e gêneros editoriais que põem em circulação[3]. A análise das práticas editoriais permite entrever o destinatário ideal: aquele para quem o editor constrói cuidadosamente a arquitetura de seu catálogo, separando, classificando, distribuindo textos e autores, em coleções, tempos e espaços de leitura, produzindo capas, para-textos, explicações e reclames destinados aos diferentes setores do mercado[4].

O tradutor é parte dessa política, contratado especialmente para trabalhar sobre tal ou tal texto. Não é dele, nesse sentido, a escolha do que vai traduzir, mas seu nome está articulado à política de escolhas do catálogo da Editora. A indicação de seu próprio nome é parte da estratégia de conquista do leitor destinatário, para quem se prevê o uso do texto traduzido.

Desde o primeiro ano de existência (1925), a Companhia Editora Nacional dividiu sua produção em livros escolares, de literatura e poesia. A partir dessas regiões do mercado, começa a diversificar seu fundo com obras de diversos tipos: de higiene, saúde, área jurídica, divulgação científica. As obras, como herança das estratégias usadas pela editora de Monteiro Lobato, da qual a Companhia Editora Nacional se originou, são ordenadas em séries ou coleções[5]. O acervo editorial é classificado e organizado em função dos públicos especializados do mercado aos quais estava destinado. Em 1931, há um grande esforço neste sentido (Beda, 1987). As coleções permitiam à Editora trabalhar com diferentes públicos, cujas competências de leitura eram diferenciadas, selecionando,

[3] Não se pretende, nesse texto, tratar do leitor empírico, aquele que toma os objetos de leitura subver-tendo sua ordem.

[4] Para Chartier, "por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou fazedores de livros[...]. Por outro, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um único sentido, a uma compreensão correta, a uma leitura autonomizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la. Esta tensão fundamental pode ser trabalhada pelo historiador através de uma dupla pesquisa: identificar a diversidade das leituras antigas através de seus espaços vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão" (Chartier, 1990, p. 123).

[5] A Monteiro Lobato e Cia. já trabalhava com a estratégia de coleções possuindo, por exemplo, a coleção Brasílica e a Coleção A Novella Nacional. Sobre as práticas dessa editora, consultar Bignotto (2007).

adaptando e ordenando os textos sob sua rubrica.[6] Já no início dos anos 1930 a Companhia Editora Nacional era vista como umas das maiores editoras do Brasil (Hallewell, 1985).

Além de considerar a própria editora para se analisar as intenções contidas na tradução de uma ou outra obra, na perspectiva adotada, é necessário localizar, na geografia cultural produzida pelo catálogo, o lugar em que determinado texto traduzido é alocado. A intenção de quem escolhe o que vai ser traduzido revela-se nesse espaço cultural da tradução. Esse lugar explica, em parte, o sistema ou regime de tradução prevalecente nesse período. Esse lugar permite com que se amplie a análise da intenção da tradução para além da intenção comercial. No caso específico da Coleção Atualidades Pedagógicas, articulava-se o interesse comercial da Editora com os interesses político-culturais de seus editores, especialmente contratados para dar vida ao programa de leitura da Coleção.

Octalles Marcondes Ferreira, o *big boss*[7]*,* tinha a política de contratar diretores especializados para as coleções, sobretudo as que se destinavam ao público mais intelectualizado[8], para garantir a pesquisa de manuscritos adequados ao destinatário visado, repondo permanentemente a imagem da coleção junto a este. Também esperava que o editor responsável garantisse a homogeneização dos textos, repondo a identidade da coleção a cada novo título escolhido, além de manter as formas materiais da coleção condizentes com os usos aos quais ela estava destinada e controlar os lugares de difusão do livro e seus impactos. Com essa política, as coleções, na economia interna da empresa, tinham uma função fundamental: permitir a homogeneização dos textos, a especialização em relação aos leitores e a constante reordenação dos títulos em função dos espaços de expansão do mercado.

Além disso, o nome do organizador da coleção funcionava como autoridade legitimadora da seleção empreendida, pela indicação dos títulos e autores necessários para a formação dos leitores. A força dessa posição é tal que, no caso da Companhia Editora Nacional, os editores convidados assinavam um contrato com direitos sobre os títulos por eles editados, além da obrigação da Editora de manter o nome do mesmo em todos os volumes editados na coleção que eram responsáveis[9].

Nesse sentido, configura-se uma espécie de co-autoria do editor: sua credenciais são transferidas para a coleção e seus títulos como etiquetas de qualidade. A cada título editado ou re-editado, o editor ganhava porcentagem sobre o preço de capa e consolidava, assim, a relação simbólica de autoridade em termos econômicos. Mas

---

[6] Para Lajolo e Zilberman, as editoras Globo e Nacional teriam introduzido o romance policial traduzido, na década de 1930, educando o público leitor brasileiro para o consumo deleitado de crimes, suspeitas e detecções (Lajolo e Zilberman, 1997, p. 116). No caso da Companhia Editora Nacional, os romances policias pertenciam à mesma série, Série Negra, que selecionava e adaptava os romances para o gosto do público brasileiro.

[7] Octalles Marcondes Ferreira era chamado por sua equipe por *big boss*. Essa alcunha para o sócio majoritário e diretor geral da empresa aparece na correspondência da editora com outros editores, autores e tradutores.

[8] Nem todas as coleções da Nacional tinham editores externos especializados. Coleções consideradas menos sofisticadas, como a Biblioteca das Moças ou a coleção Para Todos eram administradas pelo staff interno da Nacional.

[9] Fernando de Azevedo ganhava um salário mensal mais uma comissão sobre cada título editado e suas reedições (contrato entre Companhia Editora Nacional e o sr. Fernando de Azevedo, de 14/12/1930).

também os nomes dos editores indicavam recortes posicionados nos campos editoriais ou disciplinares implicados nos programas de leitura das coleções: a *Biblioteca de Cultura Jurídica e Social* é assinada por Hermes de Lima[10]; a *Biblioteca do Espírito Moderno* é assinada por Anísio Teixeira[11]; a *Biblioteca Médica* assinada por Barbosa Correa; e as cinco séries da *Biblioteca Pedagógica Brasileira* são assinadas por Fernando de Azevedo[12].

O jogo de espelhos de legitimação e credenciamento entre a editora e os que dela participam constitui-se na medida em que se desenvolvem os programas de edição e sua projeção comercial junto ao público: a Companhia Editora Nacional reforça, tanto pelas coleções que publica, assinadas por importantes nomes, quanto pela propaganda que faz dos livros, sua condição de agência da educação moderna do público leitor. Sua condição de agência educadora reforça e destaca os nomes que fazem parte de seu corpo de editores, dos autores que são publicados e dos textos por ela oferecidos.

Como se sabe, a Coleção Atualidades Pedagógicas foi organizada por Fernando de Azevedo, em 1931, como uma das séries da Biblioteca Pedagógica Brasileira - BPB[13]. O projeto da BPB foi elaborado em um momento de amplo debate político que tinha como um dos focos o duplo problema da organização de uma estrutura institucional para a promoção de uma educação nacional (Carvalho, 1998b) e o da constituição de um novo campo científico, o das ciências da educação, que não só auxiliaria a organização da própria estruturação da educação nacional, como produziria conhecimento científico sobre o Brasil e para o Brasil. O projeto da Coleção Atualidades Pedagógicas, neste sentido, pretendia renovar e recompor o repertório de valores e de conhecimentos destinados a organizar as práticas dos professores, constituindo uma nova cultura pedagógica, moderna e científica.[14]

Além da Coleção Atualidades Pedagógicas, outras coleções destinadas à formação do professorado foram organizadas aliando-se a diferentes projetos político-pedagógicos que disputavam a cena, entre elas a coleção Biblioteca de Educação, de Lourenço Filho, editada na Melhoramentos, desde 1927, e a Biblioteca Brasileira de Cultura, de Alceu Amoroso Lima, editada pela Civilização Brasileira.

Essas coleções disputaram o espaço da escola e os leitores e explicitaram diferentes projetos políticos de intervenção na cultura. A opção por editar coleções

[10] Hermes de Lima tinha grande projeção como professor de Direito Constitucional, tendo dado aulas na Faculdade de Direito da Bahia, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, na Universidade do Brasil e na Universidade do Distrito Federal

[11] Anísio Teixeira foi diretor geral da Instrução Pública na Bahia e Diretor do departamento de Educação do Distrito Federal. Foi autor de vários livros de educação e participava ativamente do debate político de educação nas décadas de vinte e trinta.

[12] Fernando de Azevedo também era educador de grande projeção nacional. Dirigiu o inquérito sobre a instrução pública paulista, organizado pelo *O Estado de S. Paulo* em 1926; foi diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) e diretor do Departamento de Educação em São Paulo, em 1933, participando ativamente dos debates sobre educação nas décadas de vinte e trinta. Tanto Fernando de Azevedo como Anísio Teixeira fizeram parte da ABE e participaram ativamente da produção do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1931. Seus nomes poderiam, assim, credenciar escolhas de títulos conformadoras de coleções voltadas para a educação (Toledo, 2001).

[13] A Biblioteca Pedagógica Brasileira foi composta por cinco séries: I - Literatura Infantil; II - Livros Didáticos; III - Atualidades Pedagógicas; IV - Iniciação Científica; V - Brasiliana. Todas as séries eram dirigidas por Fernando de Azevedo. Sobre o projeto da Biblioteca Pedagógica Brasileira consultar Toledo (2001).

[14] Para uma discussão detalhada do projeto editorial proposto por Azevedo para a Coleção Atualidades Pedagógicas consultar Toledo (2001).

aparece como estratégia político-cultural[15] na medida em que os editores, adiantando-se ao leitor, selecionando títulos e autores, temas e problemas que entendiam ser fundamentais, por meio de dispositivos editoriais e textuais, interferiam na leitura determinando um modo peculiar de entendimento do campo científico em processo de constituição, legitimando autores, atribuindo valores a problemas e temas de determinadas áreas ou disciplinas componentes da educação.

A Coleção Atualidades Pedagógicas*,* sob a direção de Azevedo, caracterizou-se por publicar os textos polêmicos do movimento educacional, dos anos 1920 e 1930. A princípio, pelo que se depreende da lista de autores apresentada no catálogo da Companhia Editora Nacional de 1932, a Coleção editaria os nomes ligados à ABE e ao movimento educacional brasileiro, com enfática escolha daqueles que assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Armanda Álvaro Alberto. Exceção à Carneiro Leão, que foi programado na Coleção, mas não está entre os signatários.

Esse programa se alterou em 1933, quando passou a açambarcar os textos produzidos sob a Reforma Anísio Teixeira do Distrito Federal articulado às traduções consideradas pelos sujeitos desse movimento como estruturais no processo de mudanças que deveriam ser operadas na escola e, por conseqüência, na cultura, como Dewey e Claparède (Catálogo Geral da Companhia Editora Nacional, 1933).

O grau de polêmica contido nas escolhas da Coleção Atualidades Pedagógicas pode ser desvelado ao se retomar os discursos que circularam no campo educacional, por meio da grande imprensa e dos periódicos especializados, nos anos de seu lançamento. Veja-se, por exemplo, a crítica dirigida aos signatários do Manifesto e suas referências, assinada por Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, publicada pelos Diários Associados no *O Jornal* e republicada na revista *Educação* de São Paulo, logo após o lançamento do Manisfesto[16]. Para o educador

> já temos também a nossa “Nep”! Não se trata, porém, da Nova Política Economica de Lenin. Trata-se da “nova política educacional”, que se apresenta em linhas geraes no resumo do “Manifesto”, assignado por um grupo selecto dos “gros bonnets” da nossa pedagogia official. A leitura dessa declaração de princípios nos deixa uma impressão confortadora. Começamos, graças a Deus, a sahir do dominio da ambiguidade. Começam a delimitar-se os campos de acção. Passamos do terreno das finalidades implícitas ou inconscientes para os objetivos confessados. [...] São esses de facto os dois princípios [materialismo philosófico e o absolutismo pedagógico] em que assenta a doutrina pedagógica desses modernistas, bebida diretamente na “pedagogia nova” de Dewey, de Natorp, do Instituto Jean Jacques Rousseau, mas já consagrada explicitamente na Revolução Franceza, defendida, desde então, com encarnecimento pela maçonaria e já agora em plena realização, pelo menos teórica, na pedagogia comunista. (Athayde, 1931, p. 280)

Como se pode ver, a crítica do educador católico circunscreve os signatários do Manifesto, Dewey e mesmo Claparède, professor do Instituto Jean Jacques Rousseau, no

[15] Sobre essa estratégia no campo educacional, consultar Carvalho (2003).

[16] É importante notar que neste número da revista Educação são publicados o manifesto na íntegra e a crítica de Tristão de Athayde. Cf. Educação, 1932, vol VI, ns 6,7 e 8).

território do comunismo e da subversão. Radicalizando a contenda, o artigo termina acusando o grupo da “Nep” de incorrer em “crimes das nacionalidades”. Para Athayde,

> Euclides da Cunha nas últimas linhas d'"O Sertões", evocou os - "crimes das nacionalidades". Pois bem. Se as idéas contidas nesse infeliz manifesto lograrem um dia execução neste pobre Brasil, indefeso ao assalto de todas as ideologias mais mortiferas, se for justificada a "serena confiança na victoria de nossos ideais de educação" que esses sectários ostentam - ter-se-á perpetrado, entre nós, o mais monstruoso dos crimes contra a nacionalidade! (Athayde, 1931, p. 283)

A oposição virulenta dos chamados católicos ao Manifesto e suas referências, pode ser deslocada para o programa de leitura, assinado por Azevedo, contido na Coleção Atualidades Pedagógicas. Para os católicos, a coleção encarnava todo o território a ser evitado em termos de referências e posições sobre educação. Para Azevedo[17], a coleção era ponta de lança na contenda de constituição de um novo modelo educacional para o Brasil[18].

As intenções da editora, articuladas às de Fernando de Azevedo, parecem ser a de se aproveitar das polêmicas instaladas no campo educacional. Não se tem notícia das primeiras tratativas referentes à compra dos direitos de tradução desse título. Somente em 1936, momento em que o livro já circulava no Brasil, a Companhia Editora Nacional compra os direitos definitivos dessa tradução por 50 dólares, garantindo a possibilidade de reeditá-la a qualquer momento[19].

A falta de contrato pode indicar a pressa da Editora em lançar o livro no calor da polêmica. A edição de *Como pensamos* sai com 4.000 exemplares. Tiragem que demarca uma boa expectativa de venda se comparada com outras tiragens dos títulos da mesma coleção, como a de 1.200 exemplares para *Novos caminhos e novos fins*, do próprio Azevedo, ou 2.000 exemplares para *Educação progressiva*, de Anísio Teixeira.[20]

Essa articulação entre interesses da Editora e Azevedo abriu para a Editora a possibilidade de manter negócios com o Estado, considerado sempre o maior comprador de material impresso no Brasil. Segundo Laurence Hallewell (1985), Octalles Marcondes Ferreira era um autêntico homem de negócios e construiu sua editora sobre “alicerces sólidos e duradouros”(p. 269).

A atividade com livros de formação, sejam os didáticos, sejam os destinados ao ensino superior, foram transformados em negócios lucrativos pela Companhia Editora Nacional. Marcondes Ferreira soube aproveitar a conjuntura causada pela depressão econômica do pós-guerra, que impedia a importação fácil de material impresso, o

---

[17] Aqui, ainda é importante lembrar que o programa de leitura proposto por Azevedo não era consenso entre os signatários do Manifesto. Em correspondência trocada entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato, o primeiro diz: “A Coleção de F. A é muito interessante, mas meio doméstica, sem horizonte internacional. Seria necessário uma coleção em que pedagogia fosse um capítulo e não um título. Pedagogia é bobagem se não for toda a cultura humana. Há mais pedagogia em Wells do que em todos os professores do mundo” (carta de Teixeira a Lobato, 21/3/1936, in: Vianna e Fraiz, 1986, p. 73-74).

[18] Sobre a noção de modelo pedagógico, consultar Carvalho (2010)

[19] Conferir contrato de venda de direitos de tradução entre a Companhia Editora Nacional e a D. C. Heath and Company (27/02/1936). Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional.

[20] Conferir as fichas de edição da Coleção Atualidades Pedagógicas (1931-1982). Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional.

movimento de expansão da Escola Nova, na década de 1930, assim como as diversas reformas de ensino realizadas pelos grupos ligados a esse movimento, para expandir e consolidar os seus negócios com os livros. A associação da Companhia Editora Nacional às reformas permitiu a Marcondes Ferreira produzir e vender revistas e livros de diversos gêneros que davam suporte à elas[21].

Parece, então, que a resposta sobre a *intenção de publicar* a primeira edição da tradução de *Como pensamos* está dada pelos contornos das virulentas lutas de representação[22] que articularam o campo da educação naqueles anos e as possibilidades que a Editora vê em ganhar o mercado dos livros de pedagogia que se abria nos anos 1930.

Mas, a esta resposta à pergunta, *com que intensão se publica?* não pode ser estendida para a segunda edição da tradução, efetivada em 1953, e muito menos para as terceira e quarta edições publicadas, respectivamente, em 1959 e 1979.

A saída de Fernando de Azevedo da direção da coleção, em 1946, altera sobremaneira o desenho da mesma. João Batista Damasco Penna assume a Coleção Atualidades Pedagógicas em situação bem diversa daquela de sua origem, adaptando-a às novas condições do mercado editorial e do campo educacional. O debate sobre educação havia adquirido novos contornos, instalando-se em um campo científico já relativamente constituído pelos problemas, temas e teorias introduzidos pelo movimento educacional das décadas anteriores e pelas novas instituições organizadas com essa função, como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Inep - e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e suas seções de Pedagogia espalhadas pelo território nacional.

Ao assumir o lugar de editor, Penna transforma a coleção em um projeto editorial bem montado naquilo que se propôs a fazer: oferecer textos de reflexão sobre o problema fundamental da atividade educativa, em todas as suas formas; textos que oferecessem conhecimentos efetivos para o leitor (Penna, 1950). Daí a fórmula eficaz do compêndio ou manual traduzido que propunha visões panorâmicas dos diferentes âmbitos da pedagogia em linguagem fácil, oferecendo idéias utilizáveis pelos educadores e estudantes na sua atividade educativa. (Toledo, 2001).

A fórmula editorial de Penna aproximava-se das estratégias católicas de apropriação e de difusão de um escolanovismo depurado. Para Carvalho (1996), no escolanovismo católico predominou a tendência de incorporar princípios da nova pedagogia, “depurando-a de tudo o que contrariasse os preceitos católicos”, por meio de “publicações doutrinárias”, em revistas ou em manuais, “de versões católicas da moderna pedagogia, que firmavam princípios, constituíam uma ortodoxia pedagógica e um corpus bibliográfico de referência, formulando-os como crivos de leitura” (p. 65).

O gênero do manual prestava-se de forma ímpar a esse tipo de programa de acomodação do escolanovismo aos preceitos católicos: o gênero permitia a seleção e

[21] O caso mais notório dessa associação é o da Reforma do Distrito Federal, empreendida por Anísio Teixeira. A CEN produzia o Boletim da Educação Pública do Distrito Federal; assim como os programas de ensino escritos pela e para a reforma; publicava os professores-autores vinculados às novas perspectivas educacionais que davam sentido à reforma; fornecia livros para a Biblioteca Central (Toledo, 2001).

[22] Refiro-me ao conceito de lutas de representação proposto por Chartier (1990).

referenciava um corpus de saberes de autores e textos que sintetizassem uma determinada disciplina do campo educacional; permitia a tradução desse corpus pela síntese autorizada produzida pelo autor do mesmo, cuja preocupação era a de iniciar o novo leitor em domínios desconhecidos, controlando e traduzindo a circulação de saberes produzidos nas obras referenciadas; permitia localizar e articular a produção desses saberes e de seus autores, acomodando diferenças e elidindo confrontos[23].

Esse deslocamento do desenho da coleção em direção ao modelo católico não foi operado de imediato. Para garantir a saúde financeira da Coleção Atualidades Pedagógicas era necessário aproveitar o leque editorial já montado, recolocando-o no mercado por meio das reedições[24]. Sob a direção de Penna, a coleção sobrevive do fundo editorial, reimprimindo, com frequência, os velhos sucessos. Penna publica 33% de novidades contra 67% de reimpressões ao longo de sua gestão (Toledo, 2001). As reimpressões são conjugadas às novidades, sustentando-as e permitindo o deslocamento do desenho editorial da coleção.[25]

Como indicado, a Editora possuía os direitos sobre a tradução de Dewey. Sua reedição não implicava em um investimento maior do que o da própria impressão e permitia sustentar a Coleção naquele momento de mudança de padrão. Mas essa escolha acompanha um outro deslocamento do desenho da Coleção operado pelo padrão Penna: inversamente ao período de Azevedo, o privilégio das escolhas é dado para as traduções. A cultura pedagógica proposta por Penna é escassamente pensada pelos intelectuais brasileiros, como fora no padrão de Azevedo. Ainda é necessário se considerar que a decisão de reeditar esse título de Dewey, em 1953, está diretamente relacionada à oportunidade de vendas oferecidas pelas homenagens prestadas ao educador quando de seu falecimento (1952). O próprio texto da orelha, que acompanha a nova edição da obra, indica essa relação: “Nesse livro clássico, o ilustre filósofo e pedagogista há pouco desaparecido, estuda as bases do pensamento” (Orelha do volume *Como pensamos*, 1953).

O título já não carrega a polêmica explícita dos anos 1930 e, articulado à morte do autor, aparece como um clássico[26]. Como clássico, o título sai com a tiragem 3.000

---

[23] Na perspectiva de Vivian B. da Silva, “os manuais pedagógicos apresentaram saberes selecionados e organizados numa seqüência natural, ordenando um modo de raciocinar. Eles propuseram as tarefas como um ‘ritual de aprendizagem’ e, simultaneamente, uma ‘tecnologia de controle social’, pois delimitaram não só o conhecimento como também os procedimentos pelos quais os saberes deveriam ser ensinados e aprendidos” (Silva, 2001, p. 12).

[24] Entre 1951 e 1954, a Coleção publica cinco novos títulos; em média, um único título novo por ano. Em compensação, há um investimento nas reimpressões, que chegam a 23 títulos e entre elas está a 2ª edição de Como pensamos (Cf. Toledo, 2001).

[25] Se até o final da década de 1950, onze autores do programa de Azevedo ainda eram reeditados, na década de 1960 esse número cai para seis e, na década de 1970, fica reduzido a quatro (Cf. Toledo, 2001).

[26] Franzini e Gontijo consideram, na análise que fazem sobre os títulos clássicos *Casa grande & senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*: “a atribuição do título clássico a uma obra é algo que ocorre em momento distinto daquele em que ela foi produzida. Ou seja, trata-se de uma operação intelectual complexa, baseada na distância autorizada a afirmação de que tal obra atravessou o tempo, mantendo sua atualidade, por ser portadora de uma norma definida como clássica; sua avaliação baseia-se na identificação da norma, que é criada e reafirmada continuamente. Logo, mais que sobre o texto em questão, a apresentação de algo como clássico pode dizer muito mais sobre aqueles que assim o apresentam, bem como sobre o campo intelectual em que atuam” (Franzzini; Gontijo, 2009, p. 158).

exemplares, indicando que a expectativa da editora não era tão grande como quando da primeira edição.

Além disso, pode-se aventar a hipótese de que a edição também poderia atender outro interesse de mercado. Ela coincide com a volta de Anísio Teixeira a cargos de direção da política educacional no âmbito do governo federal.

O educador assumiu a direção do Inep no início dos anos 1950 e preparava vasta política para a formação de professores e melhoria da qualidade das escolas brasileiras. Entre as ações programadas por Teixeira estava a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino - Caldeme, lançada em 1952. A Caldeme deveria estudar o problema do livro didático no Brasil com vistas a sua melhoria. Mas também deveria formar uma biblioteca pedagógica de alto nível que apoiasse os trabalhos dos técnicos do Inep. Abria-se uma oportunidade de venda dos livros ao maior cliente das editoras: o Estado. Livros nacionais e estrangeiros foram adquiridos para a formação da mesma. (Filgueiras, 2011).

Essa articulação com a política do Inep aparece explicitamente na terceira edição de *Como pensamos*, "publicada sob os auspícios do Instituto nacional de Estudos Pedagógicas do Ministério da educação e Cultura, em comemoração do centenário de nascimento de John Dewey" (página de rosto da 3ª edição de *Como pensamos*, 1959). É importante destacar que essa reedição não é mais a da primeira versão desse texto, como fora as primeiras e segundas edições.

Essa terceira faz traduzir a segunda versão de *Como pensamos*, lançada por Dewey em 1933. A nova versão, acrescida de várias partes, sustentava agora um subtítulo: "como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição". Com muito mais páginas e nova tradução, a oportunidade de refazer todo o volume está explicitamente relacionada com o financiamento oficial. A própria tiragem de 7.745 exemplares, indica a importância do financiamento de produção do livro mas, também, quem seria o principal comprador. Os volumes foram adquiridos para serem distribuídos pelos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais - CRPE -, como indica, por exemplo, o carimbo do volume consultado na Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade São Paulo. Também é importante notar que essa distribuição era acompanhada de palestras-homenagens, realizadas dentro dos próprios CRPEs, como a de Newton Sucupira, publicada em 1960, também pelo Inep/MEC[27]. Essa edição circula com o apadrinhamento institucional do Inep, que a distribui, comenta e valoriza.

A última edição de como pensamos, de 1979, é lançada em conjuntura bastante diversa, seja do ponto de vista da história da Companhia Editora Nacional, seja da história da própria coleção. Octalles Marconde Ferreira falece repentinamente em 1973. Seus filhos resolvem vender a editora. A José Olympio Editora tenta comprá-la, mas entra em crise financeira e as duas são adquiridas pelo BNDES. Segundo Hallewell (1985), a Companhia Editora Nacional, no período que esteve sob a direção do Banco, foi bastante mal administrada e perdeu o seu lugar de maior editora do Brasil. Muitos de seus quadros importantes, há anos na casa, foram demitidos. Os cargos foram multiplicados o que, na visão de Hallewell (1985), causou um abalo financeiro na empresa. A crise atingiu todos os projetos editoriais.

[27] Ver SUCUPIRA, Newton, *John Dewey*: uma filosofia da experiência. Recife: CRPE, 1960.

Ao final dos anos 1970, o presidente da Editora, Ézio Tavares, resolve fazer um balanço da carteira editorial constituída desde os anos 1920 para "explorar as potencialidades dos títulos esgotados", atentando para os "antigos sucessos" da Companhia Editora Nacional (Fonseca, 2010). Esse balanço foi batizado de Operação garimpo e foi executado pelos editores Mitsue Morissawa e Damasco Penna, com supervisão direta de Ézio Tavares (Fonseca, 2010).

O próprio Penna faz um informe, em 1978, dirigido a Tavares, intitulado "Das 'Atualidades Pedagógicas', do que foram, do que têm sido e do que poderiam vir a ser". O documento traz as representações de Penna, 47 anos depois do lançamento do primeira volume da série, do que fora o projeto-político da Coleção. Mas também uma avaliação do mercado naquele tempo presente: "Isso foi outrora, é claro, quando, entre outras coisas, a concorrência era menor e, quiçá, mais sérios os estudos pedagógicos, desservidos que hoje são por uma faculdade em cada esquina" (Penna, Informe 024/78, 25/05/1978, p. 2).

Essa visão da decadência das instituições formativas do professor não faz com que Penna desista de dar vida contínua a sua Coleção, indicando oito volumes para reedição. Entre eles *Como pensamos* de Dewey. Para Penna, o título de Dewey estaria entre as obras "que não são apenas de agora, mas de valor mais ou menos permanente" (Penna, Informe 024/78, 25/05/1978, p. 3).

No arquivo da Companhia Editora Nacional não foi possível encontrar a resposta de Tavares à solicitação de Penna. Mas em documento datado de 24 de julho de 1978, Mitsue envia um bilhete a Tavares com as providências para a edição das obras de Dewey:

> Dr Ézio,
> este o sr aprovou em princípio (v. Dossiê 99/78)
> Antes de sair de férias, o Prof. Penna recomendou-me que consultasse especialistas no assunto, para saber da utilidade atual da obra. Penso, contudo, que um livro de Dewey tem valor permanente, como o próprio Prof. Penna afirma. Que questionar Dewey é o mesmo que questionar Condillac, Rousseau, Bertrand Russell, ou seja, um filósofo qualquer, que tenha deixado sua marca na História do Pensamento. (Mitsue, 24/7/1978)

Como se vê, Dewey, desde a segunda edição, nos anos cinqüenta, no meio editorial, permanece como um autor clássico, como um "filósofo qualquer" com a potencialidade de vender como outros filósofos quaisquer. É preciso demarcar, então, as diferenças do tratamento da primeira edição para a última, as diferenças do regime de tradução da primeira e da quarta edição.

2) Para quem se publica *Como pensamos*?

Sobre a questão para quem, o Catálogo de 1933 (p. 43) anuncia:

> A 3ª série é de actualidades pedagógicas, isto é, de obras escriptas especialmente em portuguez ou traduzidas de qualquer língua sobre psychologia experimental aplicada á educação, philosofia e história da educação, sociologia e educação e sobre as questões fundamentais de educação nova. É uma colleção para mestres.

Essa definição do público é reafirmada no texto de apresentação da Biblioteca Pedagógica Brasileira, publicado em cada um dos volumes a partir de 1934:

> Larga ofensiva de renovação cultural sobre quatro frentes: as crianças, pela série I, de Literatura Infantil; os estudantes de todas as escolas primárias, profissionais, secundárias e superiores, pela série II - de Livros Didáticos (livros de texto, manuais e livros fontes); os professores de todos os graus de ensino, pela série III - Atualidades Pedagógicas e o público escolar, como a população extra e pós-escolar, pela Série IV - Iniciação Científica. O caráter eminentemente nacional desse movimento é dado não só pela orientação do plano editorial, como também especialmente, pela série V, Brasiliana, a mais vasta sistematização de estudos brasileiros. (Texto de apresentação da Coleção Atualidades Pedagógicas, nas orelhas dos livros de seus volumes, 1934 a 1949)

O público destinatário, nesses anos trinta, é todo aquele interessado em educação e na polêmica que se instala nos jornais de grande circulação, nas revistas especializadas e, ainda, nos docentes e discentes das escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia ciências e letras. Público bastante difuso, já que sua definição não tem como critério a faixa etária, dado que os estudantes de escolas normais podem ser classificados de adolescentes, os das universidades de jovens e os críticos do movimento educacional de adultos, além dos profissionais da educação, adultos com diferentes idades.

Essa definição do público da coleção contrasta com critérios de destinação, por exemplo, da coleção Terramarear, para meninos, ou mesmo com a definição da série de Livros didáticos da mesma BPB, para o público escolar. O critério também não incide no gênero, como o faz a Biblioteca das Moças. O público nesse sentido parece ser o que está envolvido na polêmica e ou os dos estudantes licenciandos de todos os níveis de ensino.

Já no início da década de cinqüenta, o critério de destinação do público aparece explícito na orelha do livro: o autor “estuda o que é de maior interesse para o educador, a maneira melhor e mais acertada de pôr o pensamento, interessado, ativo e disciplinado, a serviço da educação” (Orelha da terceira edição de *Como pensamos*, 1953). Interessante notar que, apesar da especialização em relação à primeira destinação, os editores pretendiam que o livro fosse lido nas escolas normais, nos institutos de educação e no ensino superior, nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Esvaziada a polêmica virulenta dos anos 1930 em torno do nome de Dewey, parte do possível público destinatário desaparece em favor dos saberes especializados.

Na terceira edição, o público destinatário se mantém, pelo menos na orelha da nova edição, reafirmada exatamente com a mesma frase da orelha da edição anterior: o autor “estuda o que é de maior interesse para o educador” (Orelha da terceira edição de *Como pensamos*, 1959).

Já a última edição, apesar de incluir Dewey entre os clássicos, o destinatário é um público universitário, com interesses mais especializados à medida que a apresentação o define como “obra datada que perdeu a total influência nos estudos de educação”, lida apenas por aqueles que buscam um repertório erudito sobre a pedagogia:

> Por certo, atualmente, já não tem o eminente pensador norte-americano o cartaz que tinha no Brasil, nas décadas de 1920 a 1950. Para os marxistas militantes, o socialismo dele não passa de pragmatismo burguês, cientificista, individualista e utilitário. Para os cristãos, mormente os católicos, a sociedade democrática por ele concebida não é integralmente humana, porque repudia no homem a tendência natural para Ser, o Viver e o Valor Infinito, sem o qual a contínua reconstrução da experiência humana fica definitivamente sem sentido adequado às aspirações do homem. Apesar de todas essas censuras, é inegável em Dewey o intuito de promover entre os homens a grande comunidade fraternal, para além do individualismo egoísta e libertário, bem como do comunismo coativo e totalitário. (Van Acker, 1979, p. 5-6)

O clássico, no modo como Van Acker descreve Dewey, é menos pela efetividade e permanência de seu pensamento e filosofia, como aparecia nas orelhas da edição anterior, e mais pela importância histórica que a obra do autor granjeou nos anos 1930 e 1950.

Ainda, nos documentos internos da Editora, Tavares recomenda que o lançamento do título seja realizado em agosto, para que saísse com a divulgação junto ao mercado universitário. Esses indícios demarcam o deslocamento do público e do modo com a Editora definia a obra e sua classificação.

O que foi traduzido?

A resposta a essa questão pode parecer óbvia já que se trata de um estudo sobre um título. Mas essa questão é passível de algumas considerações sobre os deslocamentos realizados a cada edição.

A razão da primeira escolha já foi relativamente respondida pela questão das intenções de tradução. Porém, ainda assim é preciso se perguntar pelas razões da escolha da primeira versão da obra de Dewey e não da segunda. Na verdade, esse problema suscita apenas perguntas e não respostas efetivas. Como se sabe, a segunda versão de *How we think* foi editada no mesmo ano em que a tradução da primeira versão foi lançada no Brasil.

Como foi indicado no item um desse trabalho, o contrato entre as editoras é posterior a edição de *Como pensamos*. Por que a escolha do editor pela versão mais simples?[28] Era a que conhecia? Decorreu de questões de negociação editorial? A tradução era uma contrafação, regulada posteriormente? Ou, ainda, a amplitude do público leitor fez com que a primeira versão parecesse mais adequada para essa diversidade?

No caso da segunda edição, a resposta, apesar de inferida, parece verossimilhante: o reinício da coleção exigia uma estrita economia de gastos. Para tanto, qualquer possibilidade de refazer a totalidade da obra estava fora de cogitação. O anúncio da página de rosto, “tradução revista”, não indica um investimento ampliado naquela edição, que é feita para aproveitar os ritos e homenagens em torno da morte do autor. Além da capa, quarta capa, orelhas e a adição das páginas de apresentação da filosofia da

[28] Localizei em bibliotecas universitárias, que iniciaram suas vidas no período, exemplares de *How we think* datados de 1933, indicando que essa versão era conhecida, pelo menos do público freqüentador dessas instituições.

coleção, alocada em todas as obras editadas, pouco se vê de alteração da primeira edição para essa.

Já no caso da terceira edição, há um grande investimento na sua produção. Como já foi descrito, esse investimento deve-se ao acordo entre Inep e Companhia Editora Nacional, possibilitando a tradução da segunda versão da obra por uma professora assistente da Universidade São Paulo, especialista em Pedagogia, Haydée Camargo Campos. Essa escolha deve-se à valorização da obra de Dewey na comemoração de seu centenário. Mas, além disso, a própria valorização da política educacional desenvolvida por Teixeira no Inep, no CBPE e nos CRPEs.

Como se sabe, Dewey foi um autor central na construção das políticas e reformas propostas por Teixeira. Mesmo para dentro da Companhia Editora Nacional, da qual o educador fez parte permanente do *staff*, a obra de Dewey, não só o *Como pensamos*, deveria receber sempre apreço e produção especial. Os títulos de Dewey chegaram a ser mote de disputa interna à Editora. Nos anos 1960, mesmo depois da publicação da nova versão de *Como pensamos*, Teixeira argumentava sobre a importância da circulação de títulos de Dewey para um público bem maior:

> A minha reserva sobre Atualidades Pedagógicas é que certos livros não são atualidades nem pedagógicas. São livros de cultura geral, de filosofia, de ciências sociais. Tome, por exemplo, Democracy and Education de J. Dewey. O endereço deste livro é muito mais amplo do que os dos mestres pedagogos. É uma filosofia da democracia. Lembre-se que Dewey explicitamente afirma que a filosofia é uma teoria de educação. O livro deve ser reeditado sem menor dúvida[...][mas] que saia numa edição para o grande público, ou, pelo menos, todo o público intelectual e não apenas, repito, o dos pedagogos e professores (infelizmente com o pedagógico apenas os primários). Converse pois com Penna. (Teixeira, 2/12/1966; AT66.05.19/CPDOC - FGV)

Penna resiste à retirada do livro e, por meio de Thomaz de Aquino, responde negativamente às pretensões de Teixeira:

> Muito obrigado pela sua opinião quanto à reedição do Dewey, agora depende do beneplácito do Big Boss[29], pois Mestre Penna também a vê muito oportuna e importante. Mas deseja vê-la, como eu próprio, ainda e sempre nas “Atualidades Pedagógicas”. Não acreditamos, sinceramente que a sua permanência na série torne o livro pouco acessível a um público maior, e boa prova disto está no inegável sucesso das edições anteriores. O importante, de qualquer modo, é ter o livro publicado. (Aquino, 6/12/1966; AT66.05.19/CPDOC - FGV)

Por essa contenda, é possível observar a centralidade de Dewey nas representações de Teixeira e, por conseguinte, as razões pelas quais financiou uma nova tradução de *Como Pensamos*, por meio do Inep/MEC, assim como promoveu a circulação do título em cursos e sessões de homenagens ao autor.

[29] Thomaz de Aquino se refere a Octalles Marcondes Ferreira, que dava a última palavra sobre qualquer publicação da CEN.

Para a quarta edição, a pergunta *traduzir o que?* desloca-se do conteúdo propriamente dito da tradução para o que deveria ser anexado, em termos de paratexto, permitindo a sua nova circulação no mercado. A quarta edição mantém o que fora traduzido na terceira, porém, com o conjunto de paratextos alterados.

Desde o aceite de reedição dos livros de Dewey, *Como pensamos* e *Democracia e educação*, por parte da presidência da editora, surgiram uma série de recomendações sobre a nova publicação:

> Concluí que o mais acertado será encomendar, a um professor atuante e de renome, uma apresentação crítica da obra de Dewey. Deveria ser observado o seguinte: a) além das características assinaladas, o professor deveria ter estreitas afinidades com Dewey, ou seja, ele próprio teria recomendado a reedição das obras em questão. b) a apresentação deveria ser a mesma para os dois livros, falando da decisão da Nacional de reeditar os dois livros, com o que um faria a divulgação do outro. (Tavares, 21/12/1978)

Penna, para cumprir com o projeto editorial de Tavares concorda, por meio de *Informe*, que o público não compreenderia a reedição de Dewey, vinte anos depois, sem qualquer explicação ou esclarecimento de quem era o autor e sua obra. O autor, na representação dos editores, parecia mais uma relíquia a ser resgatada da obscuridade criada pelos últimos 20 anos. Penna diz:

> Declara a presidência, em dossiê pertinente, se bem me lembro, ao Como pensamos, que conviria as novas edições uma apresentação dos editores. Parece-me também que sim pois são sempre vinte anos depois (como no livro encantador de minha remota adolescencia), e reedição sem mais aquela, para o público de hoje, seria inaceitável. (19/12/1978)

Para essa apresentação ou nota, Penna sugere que fosse utilizado um texto seu, anônimo, escrito para a revista *Atualidades Pedagógicas*, publicado quando da morte do autor. Para Penna, o texto poderia ser um pósfascio que atualizasse as informações sobre o autor e sua obra.

Em outro ofício, Tavares insiste com Penna sobre a necessidade de uma apresentação em lugar de qualquer outro paratexto. Dewey parecia ao editor um tanto quanto esquecido no tempo. Mas, o editor também deixa transparecer suas dúvidas quanto à atualidade de Dewey, daí a necessidade de se montar um texto que de fato justificasse a nova edição. Como se vê, as condições de edição da obra de Dewey há muito tinham se deslocado da polêmica dos anos 1930 ou da efetividade dos anos 1950. Segundo Tavares, era necessário uma apresentação que recolocasse a importância de Dewey e sua obra a um novo leitor dele já esquecido:

> Mas, creio ter considerado essencial que a nota (o que quer que seja) enfatize a atualidade ou a permanencia das obras em questão. Isso faz atrair o leitor. Não poderia ser um pósfácio se o nome implica sua colocação após o texto. Sendo pois essencial essa apresentação, não se poderia publicar os livros sem ela, ainda que significasse algum atraso. Pareceu-me muito bom um estudo sobre a vida e a obra de Dewey. Mas, atualizá-lo seria indispensável, especialmente no que se refere a

> repercurssões recentes de sua obra, como o trabalho é de 1959, a bibliografia que cita pára, naturalmente, por volta de 1955. Manteve o Sr atualizado a difusão de Dewey nos últimos 20 anos? Além da - chamemos assim - atualização do estudo, eu recomendaria que a abordagem inicial tivesse a perspectiva de hoje no propósito mencionado de refrescar a imagem de Dewey. Observe que o estudo de 1959 começa por citar o elogia de Clapaèrede datado de [...] 1913; nesse caso, no lugar de tirar, estaríamos derramando um caminhão de poeira! (Tavares, 19/12/1978)

A solução encontrada por Penna foi a de propor um nome de um professor, como projetado no aceite do presidente para a realização da edição, para fazer uma apresentação para os dois títulos de Dewey. Pela documentação coligida, a princípio, foi convidado o prof. Villa Lobos, importante quadro da Universidade de São Paulo. Mas sem que a documentação permita vislumbrar as razões, Villa Lobos foi substituído pelo prof. Leonardo Van Acker, um dos maiores opositores do grupo de Azevedo e crítico, já nos anos 1930, de Dewey.

Essa posição se explicita, por exemplo, em artigo sobre a escola nova, intitulado *Prosa sobre a escola nova* (1931), que parodia uma conversa entre dois "jovens filósofos" em um "Camarão"[30]. Van Acker apresenta suas restrições a Dewey do seguinte modo:

> A. Já leu a pedagogia de Dewey por Anísio Teixeira?
> -B. Não li, conte-me lá.
> A [...] Dewey, que é americano e democrata, não desdenha a companhia dos antigos "fisiólogos", confundindo desde o princípio experiência e natureza.
> B. Já sei, é o velho naturalismo. Mas, como ousou Dewey confundir dois domínios que Spencer, o pai do naturalismo evolucionista, hesitou em declarar idênticos? (Princ. Psych. Ip. c. 6) Lembra-se aliás da crítica de Fouillée e Wundt neste ponto?
> A. Lembro-me, sim, mas você esquece que o americano não tem tacto do "gentlemen" inglês. Confundir físico e psíquico sob rótulo de experiência é mais prático, rende como um 'slogan' e sobretudo é democrático. Toda a filosofia explica-se pela constituição da sociedade (Dewey, The influence of Darwin on Philosophy, p. 277). Donde, a filosofia democrática norte-americana deve suprimir a distinção de classe entre natureza e o conhecimento.
> B. Deus nos livre de reduzir a verdade à política e, portanto, à politicagem! (Van Acker, 1931, p. 21)

A opção de Penna parece ser uma espécie de contrapropaganda dos dois títulos, empurrando Dewey e sua obra para o território do repertório dos clássicos já sem sentido.

Apesar do roteiro proposto por Taveres para apresentar as duas obras aos novos leitores ser levado em consideração por Van Acker, seu estudo preliminar traça uma rápida biografia do Dewey, mapeando as obras e autores que teriam marcado o itinerário de formação do mesmo, sua atuação como educador e intelectual e, por fim, apresenta a importância dos títulos prefaciados no campo da educação. É de interesse destacar que Van Acker aproveita esse prefácio para traçar a crítica mordaz ao materialismo e socialismo de John Dewey, reiterando as representações católicas de que foi porta-voz

[30] Camarão era o apelido dado a um modelo de bonde que circulava nas cidades no período.

nos anos 1930 e 1940. Nessa mesma toada apresenta e hierarquiza os estudos fundamentais a serem lidos pelo novo público de Dewey. No topo da lista estaria *Ensaios de filosofia pedagógica,* de De Houvre. Este autor, segundo Sgarbi (2001), foi o sistematizador da pedagogia católica, na década de 1920, armando os católicos para a crítica ao materialismo e naturalismo que, para eles, vicejava em Dewey e outros autores escolanovistas.

Dando seqüência aos comentadores de Dewey, Van Acker indica os textos de Horne e Bralmed. Já entre os autores brasileiros, Maria Isabel Moraes Pitombo, assistente do próprio Van Acker na PUC de São Paulo, é considerada o melhor estudo sobre Dewey, seguido de Ruy Afonso da Costa Nunes. *Como pensamos* e *Democracia e educação*, sob a pena do autor católico, são enredados em uma cultura pedagógica completamente hostíl aos mesmos, fazendo pouco de seu conteúdo e importância. Mesmo os traços indicadores da importância de Dewey entre educadores brasileiros são apagados pelo silêncio sobre um de seus maiores divulgadores e tradutores, Anísio Teixeira. Esse educador não está entre os comentadores autorizados indicados por Van Acker.

Ao final do prefácio, o autor católico comenta a importância da reedição dos dois títulos, como já indicado no item anterior, considerando-as como ultrapassadas e limitadas ao tempo em que foram escritas, sem oferecer a radicalidade esperada pela crítica dos marxistas militantes, nem a solidez de uma filosofia verdadeiramente humanista, proposta pelos cristãos, mormente os católicos. Dewey, como já citado, teria como qualidade “o intuito de promover entre os homens a grande comunidade fraternal, para além do individualismo egoísta e libertário, bem como do comunismo coativo e totalitário” (Van Acker, 1979, p. 5-6).

Percebe-se que além de negar a importância dos comentadores de Dewey ligados aos pioneiros da educação, Van Acker apaga a importância e o lugar do autor nas contendas em torno do escolanovismo, entre as décadas de 1920 a 1960. Nas suas considerações sobreviveu apenas a posição de seu grupo de católicos, cujo valor é reiterado na atualização que faz do campo de luta entre católicos e comunistas, característica dos anos 1970.

Pela exploração das três primeiras questões do questionário de Burke (2009) é possível se ter uma idéia de como a cultura da tradução, na qual estava imersa a edição de *Como pensamos*, se alterou ao longo do século. Com essa alteração também se modificou a relação entre obra e o leitor, reordenando a própria condição de circulação do texto dentro da geografia cultural construída pela editora, em suas estratégias, como pelos seus parceiros - governo, universidade, intelectuais, etc. - que deram suporte para essa circulação. Pode-se concluir com Burke (2009) que a atividade de tradução, necessariamente, envolve, tanto a descontextualização, como a recontextualização dos textos e conteúdos traduzidos. Textos e leitores interagem com esses processos historicamente determinados e, por isso, na perspectiva da história cultural, pedem sua problematização e análise.

Referências

BEDA, Ephraim de Figueiredo. *Octalles Marcondes Ferreira*: formação e atuação do editor. São Paulo: USP, 1987. 354f. Dissertação (mestrado em Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

BIGNOTTO, Cilza C. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato* (1918-1925). Campinas: Unicamp, 2007. 422f. Tese (doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Campinas.

BURKE, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa moderna. In: BURKE, Peter; PO-CHIA HSIA, Ronnie. *A tradução cultural nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Unesp, 2009.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: USF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Estratégias textuais e editoriaes de difusão do escolanovismo no Brasil: uma perspectiva. In: GVIRTZ, Silvina (org.). *Escuela nueva en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 1996, p. 59-71.

CHARTIER, Roger. *A história cultural:* entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel; Lisboa: Bertrand, 1990.

FILGUEIRAS, Juliana M. *O processo de avaliação livros didáticos no Brasil (1938-1984).* São Paulo: PUCSP, 2011. Tese (doutorado em Educação). EHPS, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FONSECA, Sílvia A. da. *A bibliotheca do espírito moderno:* um projeto para alimentar espíritos, da Companhia Editora Nacional (1938-1977). São Paulo: PUCSP, 2010. 366f. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FRAZZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, projetos e práticas:* memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil.* São Paulo: Ática, 1996.

MARTINS, Márcia A. P. Relações nada perigosas entre história, filosofia e tradução. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 1996.

MILTON, John. *O clube do livro e a tradução.* Bauru: Edusc, 2002.

SILVA, Vivian B. da. *Histórias de leituras para professores:* um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos brasileiros (1930-1971). São Paulo: USP, 2001. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SGARBI, Antonio Donizetti. *Bibliotecas pedagógicas católicas:* estratégias para construir uma civilização cristã e conformar o campo pedagógico através do impresso (1929-1938). São Paulo: PUCSP, 2001. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TOLEDO, Maria Rita de A. *Coleção Atualidades Pedagógicas:* do projeto político ao projeto editorial (1931-1982). São Paulo: PUCSP, 2001. 295f. Tese (doutorado em Educação). EHPS, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

WYLER, Lia. Um modo de traduzir brasileiro? *Cadernos de Tradução,* Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 4, 1999, 263-275.

ATHAYDE, Tristão. Absolutismo pedagógico. In: *Educação*, v. 6, n. 6, 7 e 8, São Paulo: Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, 1932.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL. *Catálogo geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL. *Catálogo geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL. *Fichas de edição da série atualidades pedagógicas*. Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, 1931-1982.

CORREIA, Alexandre. 1931. *Filosofia da escola nova*. São Paulo: Centro Dom Vital, 1931.

CONTRATO entre a Companhia Editora Nacional e Fernando de Azevedo. São Paulo, 14/12/1930.

CONTRATO de venda de direitos de tradução entre a Companhia Editora Nacional e D. C. Heath and Company Boston. Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, 27/2/1936.

DEWEY, John. *Como pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

DEWEY, John. *Como pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

DEWEY, John. *Como pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, John. *Como pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FRAIZ, Priscila, VIANNA, Aurélio. *Conversa entre amigos:* correspondência entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: FGV; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

MORISSAWA, Mitsue. *Ofício*. Acervo da Companhia Editora Nacional, 24/07/1978.

PENNA, João Baptista. Coleção Atualidades Pedagógicas. In: Carneiro Leão, Antonio. *A adolescência e sua educação.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

PENNA, João Baptista. *Informe 024/78*. Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, 25/05/1978.

QUEIROZ, Thomas Aquino de. Carta de Queiroz a Anísio Teixeira. AT66.05.19/CPDOC-FGV, 6/12/1966.

SUCUPIRA, Newton, (1960) *John Dewey:* uma filosofia da experiência. Recife: CRPE, 1960.

TAVARES, Ézio. *Ofício*. Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, 21/12/1978.

TEIXEIRA, Anísio. Carta entre Teixeira e Thomás Aquino Querioz. AT66.05.19/CPDOC-FGV, 2/12/1966.

VAN ACKER. Escola nova e comunismo. In: *O Legionário*. São Paulo, s/d.

VAN ACKER. Estudo preliminar. In: DEWEY, John. *Como pensamos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MARIA RITA DE ALMEIDA TOLEDO é professora adjunta no curso de História da Unifesp, campus Guarulhos; doutora em Educação: História, Política, Sociedade; coordenadora do grupo de pesquisa História cultural da escola e dos saberes pedagógicos: impressos e modelos culturais; desenvolve suas pesquisas nos campos da história da educação e da história do livro e da leitura.
Endereço: Rua Búlgara, 204 - 05057-060 - São Paulo - SP - Brasil.
E-mail: m.rita.toledo@uol.com.br.

Recebido em 17 de junho de 2012.
Aceito em 23 de setembro de 2012.